

Nos Estados Unidos discute-se a estratégia da operação, que tem o nome de "Dinheiro bom sobre dinheiro ruim"

Bancos não vão esperar acordo com FMI para a liberação dos recursos

EDGARDO COSTA REIS
Correspondente

WASHINGTON — Os bancos internacionais que participaram do empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões ao Brasil estão dispostos a desembolsar, até o fim deste mês, os US\$ 1,9 bilhão ainda pendentes mesmo sem o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo o representante de um dos bancos envolvidos na operação.

Pelas cláusulas do contrato do empréstimo assinado em fevereiro passado, as parcelas do jumbo seriam desembolsadas apenas depois que fossem liberadas aquelas do empréstimo do FMI e suspensas devido ao não cumprimento pelo Brasil das metas estabelecidas no primeiro acordo.

Agora, entretanto, os bancos se vêm forçados — segundo o Vice-Presidente de um dos dez maiores bancos americanos, que pediu, como habitualmente, para não ser indentificado — a liberarem os recursos do jumbo por razões técnicas.

O Brasil, segundo a fonte, sem contar os empréstimos do Banco Internacional de Compensações

(BIS) e os empréstimos-ponte feitos no ano passado, está atrasado em cerca de US\$ 2 bilhões no pagamento de juros aos bancos internacionais.

Esses atrasos são, em sua maioria, de mais de sessenta dias. Normalmente, na contabilidade bancária, eles deixam de ser considerados como "contas a receber", mas os bancos toleiram os atrasos por saberem que, apesar dos problemas, eles acabarão recebendo os pagamentos.

Entretanto, os bancos americanos terão que apresentar no fim deste mês o balancete trimestral aos acionistas, e aí está o problema para os banqueiros. O Fundo Monetário deverá liberar a segunda e terceira parcelas do empréstimo ao Brasil, cada uma de US\$ 411 milhões, apenas em outubro, calculam os banqueiros, caso a nova carta de intenções seja assinada, como se espera, na próxima semana.

— Até lá o Brasil não tem de onde tirar recursos para pagar os bancos e nós temos que dar satisfação aos acionistas sobre nossas operações — disse o banqueiro. Para piorar ainda mais o problema, os desembolsos do



Fundo também já estão comprometidos com outros pagamentos.

Frente a este cenário, o Comitê de Assessoramento, liderado pelo Citibank de Nova York, vem discutindo nos últimos dias qual a estratégia a ser seguida neste momento. Existem duas correntes, segundo o mesmo banqueiro. Uma a favor do desembolso do jumbo sem o acordo com o FMI (as implicações legais seriam contornadas), outra propondo uma renegociação da dívida para aliviar a pressão.

Banqueiros têm que emprestar ao Brasil para poderem receber

A primeira parece ser a mais forte, "e embora meu banco seja contra, nós acabaríamos aceitando", disse ele.

O adiantamento dos desembolsos do jumbo significaria, acrescentou, "pagar a nós mes-

mos para evitar mostrar uma redução nos lucros das operações e sermos obrigados a declarar os atrasos de pagamentos brasileiros como dívidas incorbráveis (non performing loans)".

Os bancos estão pressionando para assim que a carta de intenções seja assinada, os desembolsos sejam feitos — disse ele. A carta de intenções, nesse caso, valeria como um acordo, mesmo sem ter sido aprovada pelo Board do Fundo Monetário, o que leva algumas semanas.

O desembolso antecipado como pagamento dos bancos a eles próprios também significaria a eliminação dos atrasos brasileiros junto aos bancos privados. Mas alguns bancos ainda estão relutantes por considerarem a operação "jogar dinheiro bom sobre dinheiro ruim".

Essas opções estão sendo examinadas pelos bancos representados no Comitê de Assessoramento. Quanto ao Brasil, disse o mesmo banqueiro, "eles (os brasileiros) terão que concordar".